

Dieese alerta para a importância política do Piso

Em entrevista a supervisora Técnica Regional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos), Maria de Fátima Lage, fala sobre a implantação do Piso Salarial Estadual e das experiências em outros Estados.

O que muda para o trabalhador com a proposta de piso regional?

Segundo a lei, o piso só se aplica para aquelas categorias que não estão representadas dentro de uma associação coletiva, ou seja, para esta só vale o acordado. Fica cada vez mais incomodo para os patrões e, conseqüentemente, para os trabalhadores por associação coletiva fechar um acordo com valores menores. Então, a importância política de ser uma meta para a valorização do piso salarial das categorias como a de call center, comerciários etc, categoria esta que tem dificuldade nesta campanha de valorização do piso é potencialmente muito grande, podendo até ajudar se souber ser bem aproveitada pela representação sindical.

Como é definido o piso regional?

A iniciativa de enviar o projeto para as assembleias deve ser do executivo estadual. Porém houve experiências em que o executivo tomou essa decisão sob pressão pela ação e mobilização dos trabalhadores, como foi o exemplo de Santa Catarina, onde as centrais fizeram um grande acordo e conseguiram estabelecer o piso regional. Essa é uma negociação onde há uma participação multipartidária dos trabalhadores, dos empresariados e das comissões de emprego, ou seja, as oportunidades existem e precisam ser bem aproveitadas. O exemplo de Santa Catarina é muito emblemático, pois o movimento sindical articulado, nas diferentes centrais antes no Estado, foi protagonista na iniciativa de mobilizar a sociedade catarinense e levar ao convencimento do poder público estadual da importância de implementar essa iniciativa desse porte. Assim, espero que aqui em Minas Gerais tenhamos êxito, as centrais estão começando a se articular, o caminho é muito longo e você tem que ter um processo de conversa ampla com a sociedade, não só com o patronato, mas também com o governo, com a secretaria e com o parlamento. Queremos conversar com todas as entidades para saber de todas as visões, duvidas, debater datas sendo que esta será uma oportunidade para uma iniciativa em prol dos trabalhadores mineiros.